

PESQUISAS DE ECONOMIA RURAL E A AGRICULTURA DO BRASIL

Eng.º Agr.º Ruy Miller Paiva

Reconhecemos que são muitos os riscos em que incorremos, ao preparar um trabalho sobre "projetos de estudos de Economia Rural no Brasil" e ao apresentá-lo a um grupo tão seletivo de pesquisadores. São, a nosso julgar, no mínimo, três êsses riscos; o risco da omissão, por deixarmos de trilhar alguns dos setores importantes de estudos dessa disciplina, por limitação de nossos próprios conhecimentos teóricos sobre o assunto; segundo, o risco de incorremos em erro de julgamento por estabelecermos uma prioridade de estudo que não seja a recomendada para as condições do Brasil, também por falha de nossos

próprios conhecimentos sobre a realidade brasileira; e por último, o risco de não agradar a metade dos senhores participantes, já que em assuntos de economia, não se pode nunca agradar a cem por cento dos economistas.

Todavia, decidimos-nos a enfrentar êsses riscos e a aceitar o honroso convite de Charles Hardin, por julgarmos que duma forma ou outra, poderemos colaborar para o sucesso dos trabalhos dessa Comissão, trazendo para debates, os resultados de nossa vivência de muitos anos com os problemas econômicos da agricultura de nosso país.

INTRODUÇÃO

Não é fácil selecionar os problemas da agricultura bra-

sileira, pertinentes à Economia Rural, que devem ter priorida-

(*) Trabalho apresentado à Reunião de Economistas Rurais, promovida pela Fundação Rockefeller, em Chicago, E.E.U.U. nos dias 14 a 18 de novembro de 1961, com o objetivo de debater os problemas relacionados com estudos e pesquisas de economia rural que se fazem necessárias ao desenvolvimento econômico da América Latina. Esse trabalho será também publicado nos anais dessa Conferência.

de de estudo, assim como não é fácil dizer sobre os métodos que devem ser adotados nesse estudo. Ao se fazer essa seleção, é preciso ter em mente tanto a importância do problema, como a possibilidade de se poder estudá-los. Com base em nosso conhecimento pessoal, procuraremos enumerar, a seguir, como introdução ao trabalho, os problemas mais importantes da economia brasileira para a solução dos quais

a Economia Rural pode colaborar e, posteriormente, relacionaremos os elementos que de um modo geral dificultam a realização desses estudos. Trata-se de uma enumeração de certo modo sumária, mas que, acreditamos, deverá servir para esclarecer as razões da escolha dos projetos de estudos que são apresentados mais adiante classificados segundo os campos da Economia Rural.

Relação dos principais problemas

1 — **Melhorar a técnica agrícola** — É grande o atraso da agricultura brasileira no tocante à técnica agrícola, isto é, práticas utilizadas no cultivo, preparo do solo, combate a pragas, manejo de pasto, arreamento dos animais etc. Não obstante encontrarem-se, a miúdo, propriedades bem organizadas, empregando modernas práticas agrícolas e adotando processos racionais de trabalho, o grosso das propriedades ainda deixa muito a desejar. São frequentes as propriedades em que as práticas pertinentes ao preparo do solo resumem-se muitas vezes, numa única aração, com arado de aiveca puxado a burro, havendo inúmeros casos em que o terreno é apenas limpo com

enxada e foice. Em muitos casos, o cultivo é feito apenas com enxada e muito frequentemente com um número insuficiente de capinas. O gado de cria e de engorda, na quase totalidade em regime de criação extensivo não recebe arreamento complementar e vive de pasto, perdendo peso na época das secas. O manejo de pasto é feito quase sempre com o fogo e as roçadas, e as cercas são usadas apenas para a delimitação do pasto, não havendo divisões que permitam um melhor aproveitamento do mesmo. Para o grosso da agricultura do Brasil, o problema mais importante ainda é o das práticas agrícolas, de substituir métodos rotineiros por práticas modernas e processos racionais de trabalho, pois através dessa substituição ob-

têm-se imediato aumento de produtividade.

Para que se processe mais rápida e eficientemente uma melhoria das práticas agrícolas no país, a Economia Rural deve colaborar com estudos que demonstrem a vantagem econômica de sua aplicação. É importante observar, todavia, que não se tratam de estudos específicos para resolver problemas econômicos especiais. Tampouco, se tratam de estudos com o objetivo de estabelecer os limites mais econômicos da intensificação de práticas agrícolas. O que nos parece mais importante é executar estudos que venham apenas confirmar o que já foi demonstrado experimentalmente em outros lugares e o que a prática usual de outros países demonstra constantemente: — que práticas normalmente indicadas pela moderna agricultura são economicamente mais vantajosas do que as práticas rotineiras. Mesmo entre os agricultores e criadores considerados adiantados e progressistas, há a preocupação de saber se compensa economicamente empregar uma técnica agrícola mais adiantada, como por exemplo, a de fazer rotação de culturas, mecanizar os serviços agrícolas, empregar adubo nos pastos, preparar silos etc. Julgamos, pois, que a economia rural no

Brasil deve dar prioridade aos estudos das práticas agrícolas.

2 — Reajustamento de produção

— A não ser o caso do café, que constitui problema a ser considerado separadamente, a agricultura do Brasil não sente ainda, em maior escala, os problemas de reajustamentos entre setores de produção. O problema da agricultura ainda é mais de técnica, do que de reajustamento. Todavia, à medida que a melhoria de técnica se generalizar em escala mais ampla, proporcionando um aumento geral de produção, é que surgirão os problemas dos reajustamentos. E nesse caso, pode-se prever que parte das atividades que hoje são dedicadas à produção de artigos para o mercado interno deverá ser transferida para as produções do mercado externo. A porcentagem da população agrícola que se dedica à produção de alimentos é ainda muito elevada e com a melhoria generalizada da técnica surgirão os aumentos de produções que farão com que os preços caiam a níveis menos satisfatórios. Posteriormente, num futuro ainda mais distante, quando ocorrer uma elevação da renda nacional é que deverão surgir os problemas dos reajustamentos das populações entre o setor agrícola e os setores não agrícolas.

3 — Desenvolver culturas que substituam parte da lavoura do café — O problema de super produção de café é extremamente sério para o Brasil. Forçado pelas circunstâncias, o Brasil mantém, no momento, um excedente de cerca de 60 milhões de sacas, com perspectivas de colheitas, no próximo futuro, muito superiores aos 16/17 milhões de sacas que exporta anualmente. O papel do café como elemento estabilizador da vida rural do Brasil e de outros países da América Latina, assim como o papel desses produtos como fornecedor da receita cambial, assume tal ordem de importância nesses países, que não se pode, simplesmente, abandonar essa política e deixar que os preços caiam a níveis ínfimos. Seria um descalabro econômico de gravidade e de consequência difíceis de serem previstas. Para minorar esse problema, as autoridades brasileiras precisam fomentar o desenvolvimento de culturas e criações que possam substituir o café e interessar os cafeicultores em eliminar seus cafezais de baixo rendimento, substituindo-os por novas explorações. Isso deve constituir objetivo de Estudo da Economia Rural e exige projetos específicos de alta prioridade.

4 — Ampliar a produção de artigos exportáveis — O recente desenvolvimento econômico do Brasil e o crescimento vigoroso da indústria nacional impõem ao país a necessidade de importar volumes crescentes de máquinas, combustíveis e certas matérias primas de que o país não dispõe em volume suficiente. Também a melhoria da renda nacional contribui para aumentar a procura no exterior de artigos de consumo de alta qualidade ou luxo. A agricultura, por motivos vários, não tem aumentado a produção de artigos com que o Brasil possa concorrer no mercado internacional. E por isso, as exportações não têm acompanhado as exigências das importações, trazendo, como resultado, um desequilíbrio do balanço de pagamentos com efeitos diretos na desvalorização da taxa de câmbio.

Ampliar a produção de artigos exportáveis, de modo a permitir um equilíbrio do balanço de pagamentos, dentro das taxas atuais de câmbio, é pois uma necessidade imperiosa da economia brasileira. Aliás, essa necessidade de ampliar a produção de artigos exportáveis tende a crescer para o futuro, pois não se poderá manter o ritmo de desenvolvimento econômico, se não fôr incrementada a exportação; esse

aumento de exportação, por vários anos ainda somente pode ocorrer em escala maior, através dos produtos agrícolas. Os estudos de economia rural devem, por conseguinte, considerar também com prioridade a importância de se desenvolver e de incrementar a produção eficiente de artigos que possam ser colocados no mercado internacional.

5 — Melhor aproveitamento das extensas áreas de savana e de florestas equatoriais

— Enorme área territorial do Brasil é coberta de savanas, com aproveitamento escasso por uma pecuária extensiva, ou de florestas equatoriais com um aproveitamento ainda menos intenso, de borracha nativa e outros produtos florestais. A população nessas regiões é muito escassa. Essas áreas dificilmente poderão ser aproveitadas com a exploração de culturas anuais; as savanas não se prestam a essa exploração, devido à pobreza dos solos em produtos minerais, o mesmo ocorrendo com as florestas devido não só à baixa fertilidade química dos solos, como também por estarem sujeitas a um regime de chuvas excessivas. Constitui problema fundamental do país o melhor aproveitamento dessas áreas, não somente com o objetivo de aumentar a produtividade dos que aí trabalham, como tam-

bém de abrir maiores possibilidades à população crescente do país, que aumenta em ritmo acentuado, numa taxa de 2,5% e que em 1980 já deverá estar na classe dos 100 milhões. Com base no exemplo de algumas explorações que obtêm sucesso nessas regiões, pode-se admitir que a pecuária poderia ser grandemente ampliada, principalmente nas regiões de campo e que as culturas de borracha e dendê, poderiam ser formadas racionalmente nas regiões de florestas. Os estudos de Economia Rural podem colaborar eficazmente nesse sentido.

6 — Reerguimento das regiões sub-desenvolvidas — O

desenvolvimento econômico do Brasil é muito desuniforme dentro das fronteiras do país. A região do Nordeste oferece um exemplo típico nesse sentido. Apesar de abranger área ponderável do território nacional e de se mostrar intensamente povoada, pois mantém 22,1% da população do país, a renda nacional dessa área no ano de 1959 era de apenas .. 148,0 bilhões de cruzeiros, muito inferior, pois, à renda de São Paulo e Estados sulinos, que alcançava cerca de 712,4 bilhões com 35,5% da população.

O desnível regional da economia brasileira constitui problema grave para o país,

com reflexos sérios sôbre sua unidade nacional e tem sido objeto de preocupação constante dos governos, tanto que já ficou estabelecido na própria Constituição Federal, que 3% do orçamento da União deve ser destinado à Comissão de Reerguimento do Vale Amazônico. Posteriormente, foram estabelecidas outras leis garantindo recursos semelhantes ao Nordeste e ao Vale do São Francisco.

O reerguimento das regiões menos desenvolvidas é um problema para o qual os estudos de economia rural podem também contribuir decisivamente.

7 — Reforma Agrária — As propriedades agrícolas no Brasil são, frequentemente, muito grandes, com aproveitamento apenas parcial de seus recursos. A porcentagem de terras não aproveitadas ou de aproveitamento inadequado, na forma de pastos improdutivos, é muito grande. A perspectiva de inflação e a ausência de um sistema enérgico de impôsto territorial, fazem com que o aproveitamento considere vantajoso manter as terras nessas condições, à espera de poder vendê-la posteriormente a preços mais elevados.

Não obstante essa relativa abundância de terra, as condições dos agricultores não-proprietários mostram-se mui-

to precárias. Os salários são baixos e os contratos de trabalho, parceria e de arrendamento são formulados em termos tais, que não dão aos trabalhadores a estabilidade desejada, assim como não oferecem estímulo para conservar os solos e benfeitorias e aumentar a produtividade do trabalho, empregando adubos, inseticidas e adquirindo máquinas e veículos. Impõem-se, portanto, o estudo das medidas que devem ser adotadas no sentido de melhor utilizar os recursos de mão de obra e de terras agricultáveis do país.

De outro lado, é preciso considerar a existência de uma grande classe empresarial de “fazendeiros”, muitos dos quais com habilidade de promover uma agricultura mais racional e eficiente. Devido ao nível baixo de instrução dos trabalhadores, a melhoria técnica da agricultura ainda se faz mais rapidamente através dêsses “fazendeiros”. São portanto, em princípio, duas as formas de se proceder a reforma agrária no país: através da reformulação dos termos de contratos de trabalho, parceria e arrendamento e, conjuntamente, da adoção de medidas legais que exijam dos proprietários a utilização agrícola adequada de suas terras; ou, através de subdivisão das propriedades grandes e formação

de pequenos agricultores, dando a estes assistência técnica e financeira para que façam uma agricultura eficiente.

É preciso que a Economia Rural estude esse assunto e que determine em que regiões do país deve-se adotar um desses processos ou ambos, e que considere ainda ao tratar desse problema, o fato especial das regiões ainda não exploradas mais distantes, de terras agricultáveis que devem ser ocupadas através de uma colonização oficial.

8 — Função Econômica do Governo — O Governo do Brasil é chamado freqüentemente a desempenhar uma série ampla de funções sociais e econômicas em suplemento às atividades particulares que muitas vezes se mostram insuficientes ou desinteressadas. Assim é que, em geral, cabe a ele dotar o país com parte dos elementos que caracterizam sua infra-estrutura econômica, tais como estradas, energia elétrica, navegação costeira, portos, estradas de ferro etc.; estimular as atividades empresárias, oferecendo aos interessados, financiamentos, estudos de projetos etc., e devido à grande desuniformidade econômica e social da população ainda se exige do Governo uma fiscalização mais enérgica nas atividades econômicas e a par-

ticipação mais ativa nos serviços de previdência e assistência social. E isso sem falar de sua participação ativa na política monetária, cambial e fiscal. No campo da agricultura, a participação do Governo é também marcante no ensino, nas pesquisas, no fornecimento do crédito, nos serviços de extensão, na fiscalização do comércio etc. São inúmeros os Institutos criados pelo Governo com o objetivo de promover uma política de assistência a produtos de maior importância. Impõe-se assim dar prioridade dentro do campo da Economia Rural, ao setor da Política Agrícola, a fim de suprir o Governo com informações e sugestões que permitam melhor executar suas múltiplas funções.

9 — Outros problemas — Outros problemas poderiam ainda ser citados, pertinentes aos setores dos preços e da comercialização, onde as atividades se conduzem através de métodos rotineiros e de forma bastante irregular, fazendo com que o funcionamento do sistema econômico deixe de alcançar um grau satisfatório de eficiência.

Relação das principais dificuldades

São muitas as dificuldades que impedem ou dificultam a realização dos estudos de Economia Rural no Brasil, o que obriga os pesquisadores a escolher os projetos e os métodos de estudo com maior cautela para que possam ser executados e concluídos e que apresentem resultados que atendam aos objetivos desejados. Entre essas dificuldades, destacam-se: —

1. — **Falta de pessoal habilitado** — São poucos os núcleos de pesquisas de Economia Rural no Brasil. Conforme demonstrou cabalmente o Prof. Nicholls em recente relatório (Agricultura em S. Paulo, Ano VIII, N.º 5 - Maio - 1961) é pequeno o número de especialistas nesse campo, assim como nos das ciencias correlatas: — Economia, Ciência Política, Estatística, Sociologia etc., que possa se encarregar do planejamento e da execução de um programa de pesquisa rural. Assim como é difícil encontrar auxiliares de nível universitário ou não, que possam se encarregar de trabalhos de rotina com segurança e eficiência, isto é, sem que os resultados por eles apresentados precisem ser novamente conferidos. (Erros, omissões e enganos, estão sempre presentes na execução desses traba-

lhos). Também não é fácil formar pessoal habilitado para esse tipo de trabalho. Não há propriamente falta de inteligência e cultura aos que a eles se candidatam. Falta-lhes mais é uma atitude científica, que os leve a testar freqüentemente suas observações pessoais e a conferir sempre os resultados de suas análises dedutivas. E não é fácil desenvolver esses atributos num país que ainda não tem tradição de pesquisa, e onde as escolas mantêm um sistema descritivo de ensino.

2. — **Falta de dados estatísticos** — A falta de certos dados estatísticos pertinentes ao campo da economia, assim como a existência de poucas pesquisas básicas, fazem com que se torne mais difícil e morosa a realização de uma pesquisa, pois exige-se uma série de trabalhos para que os dados sejam coletados e os fatos básicos devidamente apurados. Às vezes, os dados estatísticos necessários ao estudo já existem, mas encontram-se em fontes de difícil acesso, por falta de melhor entrosamento dos órgãos encarregados da sua coleta. A própria contabilidade mantida pelos agricultores, que constitui em outros países fonte valiosa de informações econômicas, principalmente para os estudos de “pro-

duction economics" raramente tem valor em nosso país, pois os agricultores que a mantêm o fazem exclusivamente para controle financeiro e não para análise econômica.

3. — Falta de ambiente favorável — Não se encontra, também, no Brasil, um ambiente favorável para a realização de trabalhos de pesquisa. Nem sempre se encontra interesse pelos trabalhos de pesquisas e pelos seus resultados. E quando é encontrado esse interesse e mesmo disposição para prestar auxílio financeiro, observa-se que frequentemente falta um conhecimento satisfatório quanto ao papel da pesquisa, isto é, o que ela pode oferecer e as limitações que acompanham seus resultados. Alguns ainda julgam que a pesquisa é um remédio para todos os males. Outros apoiam os trabalhos de pesquisa; enquanto os resultados confirmam a opinião que de antemão já tinham sobre as causas do problema.

Também por parte dos agricultores e comerciantes é pequeno o interesse pelos resultados das análises de micro-economia.

Os empresários não têm tanta preocupação com a racionalização e uso de mão de obra, com a economia de escala e com a combinação mais econômica dos fatores de pro-

dução disponíveis, como os empresários de países economicamente mais desenvolvidos. No Brasil é preciso ainda "vender" o resultado de uma pesquisa, procurando convencer o agricultor ou o homem interessado na comercialização, que aqueles resultados são bons e que eles poderão ganhar mais se mudarem a rotina e empregarem os métodos indicados pela pesquisa. Não há, pois, no Brasil, uma demanda satisfatória por informações objetivas que possa agir como fator de estímulo para os trabalhos de pesquisas no campo da Economia Rural.

4. — Predominância de fatores não econômicos — Não é fácil, também, proceder a prognósticos econômicos nas condições do Brasil. Além das incertezas naturais da economia, é preciso considerar que muitas soluções importantes da economia brasileira são feitas com base em julgamentos de caráter pessoal, de modo que nem sempre representam a determinante natural das forças econômicas. O preço em cruzeiro do café e do açúcar, assim como a ampliação ou retração do crédito são muitas vezes determinados por grupos de indivíduos que agem com base no conhecimento pessoal do que julgam seja melhor para o país. O mesmo em certos aspectos pode ser dito

a respeito das mudanças das taxas de câmbio que tanto refletem sobre os preços e os volumes de importação e exportação do país. Nesse caso, o economista que análise corre-

tamente as forças econômicas do país não tem possibilidade de prognosticar com acerto o desenvolver futuro de certos acontecimentos.

FINALIDADES, ESCOLHA DE MÉTODOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE PESQUISAS

Considerando a situação geral do Brasil, pode-se, a grosso modo, dizer que são três as finalidades principais que se deve procurar obter com as pesquisas de Economia Rural.

a) Atender aos agricultores e comerciantes, através dos serviços especializados, com informações objetivas sobre os problemas econômicos pertinentes à produção, organização, comercialização e preços dos produtos que interessam à agricultura.

b) Oferecer ao Governo interpretações e sugestões quanto à formulação de sua política.

c) Estabelecer modelos teóricos que melhor expliquem o funcionamento da economia agrícola nas condições do Brasil.

Na escolha dos projetos a serem estudados, é preferível dar prioridade às pesquisas que têm por objetivo as duas primeiras finalidades. A pesquisa teórica mostra-se de importância quando se faz necessário reformular certos conhe-

cimentos teóricos, a fim de torná-los mais coerentes com as condições gerais encontradas no País, a exemplo do que ocorreu no passado dentro da ciência econômica com o problema da proteção à indústria nacional e o que ocorre ainda agora com o problema do desenvolvimento econômico. Na Economia Rural poderiam, também, ser apontados exemplos nesse sentido, pois, nos países menos desenvolvidos a seleção de culturas ou a escolha de técnicas pelos agricultores, assim como o estabelecimento das margens de comercialização ou a decisão de investimento e poupança podem não ser governados pelos mesmos princípios dos países mais desenvolvidos, em que os agricultores e comerciantes se regem por interesses mais coerentes com a eficiência e o lucro. Todavia, esses estudos são de difícil execução e requerem uma técnica rigorosa para que se possa formular, com realidade, uma nova teoria. Não adianta executá-la, se não se

dispuzer de um "staff" de alto nível.

Quanto às pesquisas empíricas destinadas a atender aos dois primeiros objetivos, a necessidade do Brasil é muito grande; e naturalmente são de mais fácil execução do que as pesquisas teóricas. Em princípio, sua execução exige as seguintes etapas: a) - descrição do fato ou do problema a ser resolvido; b) - formulação de uma hipótese para explicar as causas do fato ou do problema, hipótese essa fornecida pela teoria; e, c) - o levantamento dos elementos apontados como responsáveis pela teoria a fim de comprovar se a frequência ou os valores com que se apresentam conferem com a hipótese formulada.

Para se obter alta precisão na pesquisa é naturalmente necessário proceder a um levantamento metuculoso do problema a ser estudado e dos elementos apontados como causa e ainda proceder a uma análise matemática cuidadosa, para ver se se mantém entre êles as relações formuladas na hipótese. O grau de precisão que convém ser obtido, todavia, depende da natureza do problema e dos objetivos que se tem em vista com os seus resultados.

De modo geral, deve-se ter por princípio, a preocupação de obter-se o maior rigor em

tôdas as fases do trabalho. Todavia, se considerarmos o tempo que se necessita para proceder a um levantamento de campo a fim de obter dados com o rigor que compense a aplicação de métodos matemáticos na análise de suas relações, e, se ponderarmos êsse tempo e essas dificuldades face à premente necessidade do Govêrno orientar-se na solução de problemas para os quais se tem necessidade de conhecer os fatores responsáveis mas não pròpriamente de medir com rigor a importância de participação de cada um desses fatores, chegamos à conclusão de que, muitas vêzes, se torna vantajoso para certos problemas proceder apenas uma análise sumária, em que o pesquisador, com base em seu conhecimento pessoal da situação, descreve o problema e concomitantemente aponta a existência dos fatores que a teoria corrente explica como sendo causadores. Para se proceder a essas análises sumárias, basta que o pesquisador reúna amplo conhecimento teórico e prático do assunto e que seja dotado de muito bom senso a fim de julgar os fatores relevantes na explicação do problema. Trata-se, sem dúvida, de um "approach" pouco científico à solução do problema, mas que pode apresentar resultados práticos de

valor. Através desse método pode-se atender à necessidade crescente de oferecer explicações aos inúmeros problemas da micro e da macro economia que afligem aos agricultores e aos órgãos governamentais responsáveis por suas soluções, e oferecer a ambos normas de ação em base mais positiva e real do que a que eles têm e que se baseiam em observações pessoais muitas vezes falhas, ou em mero "wishfull thinking". Aliás, esse processo de análise pode ser melhorado e pode-se torná-lo menos dependente do critério pessoal do observador. Pode-se, por exemplo, usar de um sistema de entrevista para levantar a opinião dos que trabalham com o assunto a ser estudado. Sabe-se que ocasionalmente encontram-se indivíduos com capacidade inata de "enxergar" as causas dos problemas, assim como, indivíduos capazes de "estimar" com acerto a frequência de um fato em observação. Através de um sistema de entrevistas pode-se, pois, obter informações satisfatórias.

Pode-se, também, desenvolver a técnica de selecionar informantes, de modo a escolher os que têm a capacidade de "enxergar" as principais causas e de "estimar" a frequência dos fatos. Inclusive seria de interesse desenvolver uma técnica para testar cienti-

ficamente o rigor dos resultados obtidos com essas informações, a fim de se medir o grau de rigor do levantamento.

Com referência à apresentação dos estudos, convém ter-se em mente que, para melhor atender ao objetivo das pesquisas empíricas, que é o de fornecer informações ao serviço de fomento e aos órgãos responsáveis pela formulação da política agrícola, impõem-se, principalmente no primeiro caso, que as determinações oriundas das pesquisas sejam acompanhadas de uma análise teórica mostrando os fatores que determinam esses resultados, a fim de que os agrônomos responsáveis pelo fomento possam melhor interpretar os resultados face à situação específica do agricultor que recebe assistência técnica.

Quanto à organização propriamente dita das pesquisas, a primeira questão que pode ser objeto de dúvida é se a mesma deve ser ligada ao Governo. São diversas as vantagens de tê-las separadas do Governo. Evita-se, em primeiro lugar, as possibilidades de uma interferência política na escolha de Diretores e mesmo nos resultados dos trabalhos apresentados, quando estes dizem respeito a questões que permitem especulações demagógicas como por exemplo as determinações de índices do custo de

vida e os estudos em geral do setor de política agrícola, em que se apreciam os programas em execução pelo Governo. A mobilidade no trato das questões administrativas e principalmente financeira é mais fácil nas organizações não governamentais, pois, como se sabe, o contróle e a burocracia dominantes nas organizações governamentais torna difícil e particularmente lento o manuseio das verbas, assim como a admissão e a dispensa de funcionários técnicos e administrativos.

De outro lado, a organização não governamental de pesquisa, nas condições atuais do Brasil, de escassez de técnicos e de pessoal habilitado, terá de lutar com dificuldades para organizar o seu "staff", pois êsses dão preferência à segurança dos empregos governamentais. Será necessário ao órgão não governamental estabelecer uma escala de salário muito superior ao estabelecido pelo Governo para conseguir formar seu "staff".

Outro aspecto de importância na organização dos trabalhos de pesquisa, é o que diz respeito à seleção das pesquisas a serem realizadas, assim como dos métodos a serem a-

plicados, isto é, do grau de rigor a ser dado à pesquisa. Reconhecemos a necessidade de ser estabelecida por um "board" de cúpula, a lista de prioridade dos estudos a serem efetuados. Pode-se, assim, orientar os estudos de acôrdo com a importância do problema a ser resolvido e não de acôrdo com a possibilidade de se obter resultados facilmente publicáveis, que é o critério naturalmente seguido pelos pesquisadores, quando têm a liberdade de decidir individualmente a êsse respeito. Todavia, não é fácil constituir um "board" com essa capacidade. Já nos referimos à dificuldade de se encontrar elementos dessa natureza entre a elite dirigente do país. Ademais, essa escolha exige pessoal não só de amplo descortínio dos problemas locais, como de amplo conhecimento teórico do assunto. Possivelmente a solução dêsse problema terá de ser feita através da constituição de grupos de trabalho formados inclusive com técnicos estrangeiros de alto gabarito com a função de estabelecer a enumeração das pesquisas a serem executadas e os "approaches" a serem adotados na execução das mesmas.

PROJETOS DE ESTUDOS DE ECONOMIA RURAL

Os estudos que devem ter prioridade, são os seguintes,

dentro dos diversos setores da Economia Rural:

I — Organização e Administração (Farm Management)

As propriedades agrícolas do Brasil apresentam-se muito variáveis quanto ao tamanho, tipo de explorações, técnica agrícola, disponibilidade de recursos e formas de organização e administração. De modo geral pode-se dizer que são mal administradas, que empregam técnicas de trabalho rotineiras, com índices baixos de produtividade e que, frequentemente, são propriedades grandes, permitindo ao proprietário exercer apenas a função de empresário, sem trabalhos manuais

Os projetos de estudo nesse campo devem ser de preferência, os seguintes:

I A — Estudos de Práticas Agrícolas, obedecendo, as seguintes fases de execução:

a) Obter, junto às Estações Experimentais, dados referentes aos aumentos de produção com o emprêgo das diversas práticas, nas diferentes condições de solo, clima e com as diferentes culturas e criações.

b) Determinar, junto às propriedades agrícolas, o montante de fatores gastos (input) com a aplicação dessas práticas, quando executadas pelos diferentes processos (Ex.: ara-

ção com tração animal ou mecânica etc.).

c) Confrontar as vantagens econômicas das práticas e dos processos considerados de uso alternativo.

Nas regiões de agricultura mais atrasada, o estudo deve incluir práticas bastante primárias. Deve, por exemplo, começar determinando a vantagem econômica de aplicar 2 arações em vez de uma, de usar arado de disco em vez de aiveca etc. Do mesmo modo, os processos a serem estudados também devem ser primários, como por exemplo, capina a enxada versus capina mecânica, tração animal versus mecânica etc. Ainda que os resultados dessas determinações venham apenas “provar o que já se sabe”, isto é, que não constituem pròpriamente novos ensinamentos, convém que as mesmas sejam realizadas para que os resultados sirvam como “demonstração” aos agricultores. Essas pesquisas fornecerão material valioso para que o serviço de fomento possa melhor convencer os agricultores a substituir suas práticas e seus processos rotineiros de trabalho.

Os dados necessários a esses estudos, referentes ao "output" obtido com emprêgo de diversas práticas e processos, devem ser obtidos juntos às Estações Experimentais, como foi dito anteriormente. Quanto ao dispêndio de fatores (input), podem ser obtidos por entrevistas junto a um certo número de propriedades agrícolas que executam as práticas que se desejam estudar. Dados mais rigorosos podem ser obtido através de anotações diárias em cadernos especiais, mantidos junto aos agricultores.

Tendo-se em vista que o objetivo principal desses estudos é fornecer elementos de demonstração para os agricultores, não há necessidade que as determinações do tempo gasto nas diversas operações sejam muito precisas. Não há necessidade de se proceder a determinações rigorosas como as efetuadas nos estudos de "tempo" e movimento". Enquanto essas operações forem utilizadas somente por pequeno número de agricultores, não haverá interêsse em dispender maiores esforços para estudar a melhor forma de executá-las. Apenas no caso do trabalho dos tratores e das máquinas moto-mecanizadas é que se torna conveniente proceder a um estudo mais detalhado, com o objetivo de determinar o ín-

dice de rendimento nas condições de trabalho das diversas regiões do país, pois os índices ora usados em geral, provêm de outros países em que as condições de trabalho são diferentes.

I B — Estudo de Intensificação das Práticas Agrícolas.

A intensificação dos adubos, do arraçoamento do gado etc., deve ser estudada nas mesmas linhas do estudo I A. Obtém-se os dados referentes aos outputs, junto às experiências de campo controladas, dos Institutos Experimentais; e os dados de input, através de informações obtidas nas propriedades agrícolas que adotam essas práticas. Com esses elementos determina-se, na base dos preços correntes, o ponto mais lucrativo de intensificação.

I C — Estudos das Melhores Combinações de Culturas, de acôrdo com as seguintes fases:

a) Determinar junto às propriedades agrícolas o gasto de fatores (input), durante o ano, com as diversas culturas e criações que empregam práticas e processos considerados satisfatórios.

b) Relacionar as produções (output) e os preços de venda (prováveis) das diversas culturas e criações.

c) Proceder, com esses

dados, à síntese da combinação de culturas e criações que permitam a maximização de lucro.

É freqüente no Brasil os agricultores deixarem inaproveitadas ou incultas parte de suas terras, à espera de melhores condições para cultivá-las. Convém, pois, que na execução desse estudo seja incluída a área inaproveitada, como uma das variáveis independentes do problema. Dêse modo, poder-se-á demonstrar economicamente um fato que não obstante primário, é de importância incontestada para a agricultura do Brasil: que o aumento de renda dos agricultores depende primeiramente do aumento das culturas e criações, através da utilização das áreas inaproveitadas.

Na realização desse estudo, deve-se, dar preferência às regiões para as quais se planeja um programa de reerguimento, como é, por exemplo, o caso das regiões de café de lavouras menos produtivas, e que devem ser substituídas por outras explorações. Deve-se, também, dar preferência às regiões nas quais existe um corpo de agrônomos de fomento trabalhando junto aos agricultores.

Os dados referentes ao input são obtidos preferivelmente junto a um grupo de agricultores selecionados que quei-

ram manter anotações diárias em livros especiais. Ou então pelo método de entrevistas em que os agricultores prestam informações com base em suas experiências e observações pessoais. Para o fim a que o estudo se destina, que é, principalmente fornecer elementos para que os técnicos de fomento melhor orientem os agricultores na escolha de culturas e criações, não há maior inconveniente que os dados sejam menos rigorosos, isto é, obtidos através de entrevistas junto aos agricultores.

Com os elementos básicos assim obtidos, deve-se aplicar o método do "budgeting" a fim de sintetizar a combinação mais lucrativa. Nas regiões em que a agricultura se mostra mais comercial e utiliza mais intensivamente os fatores de produção, aconselha-se a aplicação da "programação linear", para se chegar a essa determinação.

Com o prosseguir dos estudos, é de todo conveniente que se obtenham dados básicos de input e output cada vez mais representativos, pois trata-se de uma informação fundamental que deverá ser usada posteriormente em outros estudos e determinações mais complexas.

A aplicação dos "surveys", nos quais, através de um levantamento feito em uma a-

mostra de propriedades representativas da região, procura-se relacionar os valores das rendas líquidas com as proporções em que as culturas e criações são combinadas, oferece possibilidades limitadas no Brasil, devido à pouca uniformidade das regiões agrícolas e, como já foi dito anteriormente, ao fato de não se encontrar com a frequência necessária, um grupo de propriedades que adotem uma combinação considerada satisfatória, de culturas e criações.

I D — Levantamento Geral das Atividades Agrícolas de uma Região, obedecendo às seguintes fases de execução:

a) Descrever as propriedades agrícolas, quanto ao tamanho, técnica agrícola, uso da terra, contratos de trabalho etc.

b) Delimitar as áreas da região que apresentam os mesmos "tipos de exploração" (type of farming).

c) Proceder ao cálculo da renda agrícola nas propriedades de uma sub-amostra de cada área.

d) Proceder à análise, determinando os fatores responsáveis por essa renda.

Esse estudo tem finalidades múltiplas, como sejam: proceder a um levantamento geral dos problemas econômicos da agricultura de uma re-

gião; delimitar suas áreas agrícolas; determinar índices de produtividade nas diversas práticas e explorações e calcular a importância desses índices na renda da propriedade.

Quanto à metodologia, o estudo comporta métodos de diferentes graus de rigor. A descrição das propriedades e das atividades agrícolas pode ser feitas através de um "survey" em que se estudam as propriedades de uma amostra representativa, classificando as terras quanto ao uso atual e sua capacidade de uso e descrevendo os contratos de trabalho e parceria.

Esse estudo também pode ser feito de forma mais sumária, em que a descrição da região é feita com base nas observações pessoais do pesquisador, obtidas em visitas à região e através de entrevistas com pessoas conhecedoras da região.

Com esse método pode-se chegar a uma descrição satisfatória da região e a uma delimitação de suas áreas, de modo a se poder prosseguir na fase mais importante do estudo que é a retirada de uma amostra de propriedades das principais áreas de "tipo de exploração" a fim de determinar a renda dos agricultores e proceder à análise de fatores determinantes dessa renda.

A análise dos fatores de-

terminantes da renda pode ser feita por processos simples, como seja, através de uma série de tabelas de dupla entrada, ou por processos mais complicados, em que se determina numéricamente a importância do fato, pelo estabelecimento de uma função de produção, ficando a escolha entre ambos dependendo da precisão dos dados obtidos nos levantamentos.

Torna-se de maior conveniência que se determinem os índices de produtividade das diversas práticas agrícolas e que se determine a importância desses índices na renda das propriedades. Dê-se modo, pode-se, posteriormente, com base na importância desses índices, analisar a propriedade dos agricultores interessados e sugerir metas e medidas que os conduzam a um aumento de renda.

I E — Outros Estudos — Outros estudos poderiam ainda ser executados no campo de Organização, como por exemplo, o **“levantamento das condições de trabalho e de produtividade rural”**. Sabe-se que a produtividade física do operário rural é em geral muito baixa e que é elevada a porcentagem de famílias que vivem como **“agregadas”** nas propriedades agrícolas, principalmente em certas regiões do Brasil, trabalhando apenas al-

guns dias por semana. A realização de um **“survey”** junto a uma amostra representativa de propriedades a fim de descrever em termos quantitativos a existência desse fato, avaliando o prejuízo que isso significa para a renda nacional, serviria para alertar as autoridades competentes sobre a gravidade do problema e a necessidade de se adotarem medidas corretivas, quer no campo da reforma agrária, quer no da ocupação racional das áreas agrícolas inabitadas de que o Brasil ainda dispõe. Aliás, tanto a reforma agrária como a colonização, para serem efetuadas com sucesso, exigem detalhados estudos no setor da organização e administração rural, que devem ser executados tão logo os poderes públicos se decidam a realizar essa reforma ou essa colonização.

Nos estudos acima enumerados, não se faz referência ao problema do tamanho das propriedades. O Brasil conta com uma porcentagem muito elevada de propriedades de grande tamanho e pouca produtividade. A existência dessas propriedades, assim como os reflexos que as mesmas exercem sobre a rentabilidade de nossa agricultura, podem ser apontados e devidamente avaliados nos estudos IB e IC. Todavia, não se propõe um

projeto especial para a determinação do melhor tamanho ou para o estudo da economia de escala.

Nas condições do Brasil, em que, de modo geral, são insatisfatórias as técnicas empregadas pelas propriedades agrícolas o estudo da economia de escala é mais difícil de ser realizado. As determinações do melhor tamanho através do exame da eficiência das propriedades seria também de interesse limitado, pois é difícil determinar se o decréscimo que porventura ocorre após um

certo tamanho, tem por causa fatores intrínsecos a esse tamanho ou se se deve apenas a uma questão de falta de técnica agrícola nas propriedades examinadas. Julgamos pois, que a realização desse estudo somente será indicado nos casos em que os órgãos públicos queiram promover a colonização de determinadas áreas. Nesse caso impõe-se o estudo do tamanho dos lotes que melhor atendem às disponibilidades de mão de obra de uma família de colonos de tamanho médio.

II — Comercialização (Marketing)

É muito variável a técnica adotada na comercialização dos produtos agrícolas do Brasil. Para alguns produtos e em certas regiões, a comercialização acha-se bem organizada, com quase tôdas as facilidades que caracterizam uma comercialização racional: produtos padronizados, sistema de classificação obrigatório, armazéns adequados, bolsas, mercado a termo, financiamento, normas racionais de compra e venda etc. Para outros produtos, todavia, como cereais e a maioria das frutas e legumes, a comercialização acha-se em estágio menos satisfatório; os produtos são heterogêneos, o sistema de embalagem é inadequado, os métodos de processamento e distribuição arcái-

cos e os comerciantes gozam de maiores elementos monopolísticos. Como resultado, mostra-se baixa a eficiência física da comercialização e elevadas as margens de lucros obtidos pelos intermediários, assim como se mostram instáveis e sujeitos a flutuações violentas, os preços em geral desses produtos.

A medida que se distancia dos centros mais civilizados, o processo de comercialização torna-se mais precário e chega mesmo a se tornar bastante primitivo, em que os compradores dos produtos agrícolas são também vendedores de bens de consumo e financiadores da produção.

A comercialização pelas cooperativas tem se desenvol-

vido com sucesso em certas regiões e para certos produtos.

Os projetos de estudo que devem ter preferência, nesse campo, são os seguintes:

II A — Estudo Geral da Comercialização dos Principais Produtos, abrangendo as seguintes fases:

a) Descrever os canais da comercialização e os processos usados nas diversas fases ou segmentos da comercialização.

b) Determinar, em cada fase, o custo das operações, a margens de preços e o grau de eficiência do serviço (inclusive quanto ao prejuízo na qualidade do produto).

c) Proceder à análise dos elementos assim obtidos, procurando determinar: 1) — os processos economicamente mais vantajosos, nas diversas fases; 2) — os fatores determinantes do custo, da eficiência e das margens de preços de cada processo e 3) — a importância com que os custos de cada fase participam no custo geral da comercialização.

É importante promover a realização desses estudos, pois os mesmos podem oferecer normas e indicações valiosas para que as firmas procedam à melhoria de seus métodos de trabalho. Também oferecem normas para os poderes públicos promoverem essa melhoria, através de regulamentos mais

enérgicos, promoções do emprego de melhores métodos e mesmo através da educação geral dos consumidores, ensinando-os a exigir produtos melhor comercializados.

As duas primeiras fases de estudo podem ser executadas conjuntamente. Descrevem-se os canais de encaminhamento do produto desde o produtor até o consumidor, ao mesmo tempo em que se calculam os custos das diversas operações, assim como dos processos alternativos de execução dessas operações e determina-se o reflexo desses processos na qualidade do produto comercializado. Essa descrição deve de preferência ser efetuada em termos quantitativos, determinando-se o volume do produto que passa nos diferentes processos a fim de que se possa melhor avaliar a importância de suas falhas e melhor julgar sobre a vantagem de se adotar diferentes processos de trabalho. Não sendo possível proceder a um levantamento estatístico rigoroso, deve-se procurar esses elementos quantitativos junto aos comerciantes através de entrevistas pessoais. Sempre se encontram comerciantes que mantêm um conhecimento razoável do volume de mercadorias que são comercializadas pelos diferentes processos. A determinação dos custos das operações pode

ser feita com base em algumas firmas apenas, que se disponham a fornecer os dados. Não há necessidade de se determinar o custo médio das firmas que operam no mercado. A análise dos dados de custo fornecida por algumas firmas, já pode fornecer elemento de valor para se apontar falhas e sugerir medidas. Deve-se aproveitar da possibilidade que oferecem as Cooperativas para uma determinação rigorosa dos custos das diversas operações.

II B — Estudo da Comercialização no Setor da Exportação, obedecendo às seguintes normas:

a) Descrever as operações exigidas na comercialização dos produtos exportados; processamento embalagem, classificação, transporte, armazenamento, carga e descarga no pôrto etc., determinando os custos, a eficiência das operações etc.

b) Descrever e apreciar os regulamentos, as taxas, atestados e demais formalidades exigidas na comercialização e na exportação desses produtos.

c) Descrever e analisar os processos de compra e venda entre o exportador nacional e o importador de outro país, incluindo formas de pagamento, fechamento de câmbio, distribuição de despesas, financiamento etc.

Devido à importância que assume a exportação para a economia do Brasil, convém adotar um projeto especial de estudo a fim de se poder sugerir normas que facilitem o processo. São famosas as dificuldades nesse setor, devido à complexidade das exigências burocráticas e impõe-se tornar o processo mais racional e operante.

II C — Outros Estudos Específicos da Comercialização.

A comercialização dos produtos adquiridos pelos agricultores, como adubo, inseticidas e máquinas, devem também ser objeto de investigações especiais.

Na execução desses estudos, uma das preocupações deve ser a determinação da margem de comercialização cobrada pelas firmas, a fim de que os poderes públicos possam adotar medidas legais para evitar abuso, como estimular entre os agricultores a criação de cooperativas para adquirir o produto.

As instituições auxiliares de comercialização, como bolsas, companhias de seguros, bancos de crédito etc., também devem ser objetos de estudos com o objetivo de corrigir suas falhas e fazer com que funcione satisfatoriamente; e no caso de não existir a instituição, impõe-se também estu-

dar a sua criação, procurando determinar o tipo e a forma de organização que melhor atenda às características do mercado local.

Quanto aos serviços auxiliares de comercialização, como os de classificação, inspeção e "Market news", a situação é mais ou menos semelhante: muitas vezes esses serviços existem mas não funcionam a contento; outras vezes não existem, não obstante o volume do mercado já exigir a sua existência, como é o caso por exemplo do serviço de "market news" que até hoje não foi criado nos Mercados Centrais de São Paulo e do Rio.

Por último, é preciso considerar as demais instalações que contribuem para uma comercialização eficiente, como são os armazens, frigoríficos,

silos etc. De modo geral, os mercados no país não se acham bem aparelhados nesse sentido. Impõe-se determinar a contribuição que essas instalações podem trazer para a melhoria de comercialização, estudar objetivamente o tamanho e o local em que devem ser construídas, assim como a forma como devem ser administradas. É de se notar que a construção desses imóveis num mercado estreito pode não constituir uma atividade lucrativa de per si, mas apresenta muitas vantagens na forma de economias externas, inclusive permitindo aos agricultores o melhor aproveitamento de seus recursos na produção de artigos que não poderiam ser produzidos não fôsse a existência dessas facilidades.

III — Mercados (market structure)

Quanto à estrutura, também são muito variáveis os mercados do Brasil. No mercado do algodão, por exemplo, o grau de concentração é muito elevado, com algumas poucas firmas adquirindo o produto do agricultor, beneficiando-o e encaminhando-o para a exportação ou para as indústrias têxteis locais. Existem certas vantagens na concentração do mercado em países pouco desenvolvidos. Sômen-

te assim pode-se esperar que a comercialização global de um produto se processe dentro de alta eficiência física, pois, sofrendo o país escassez de capital e de empresários capazes, não é de se esperar, quando o mercado se acha dividido entre muitas firmas, que todos disponham de capital e habilidade empresarial para proceder a uma comercialização racional. Mas há sempre um perigo sério nessa concentra-

ção, que é o de deixar o mercado sujeito a manipulação lesiva aos produtores e consumidores, tanto no setor dos preços, como no da promoção de grandes aumentos de produção, que acaba por não ser de interesse real para os produtores.

De outro lado, também se encontra, em alguns mercados, o problema inverso, ou seja um número excessivo de pequenas firmas comercializando o produto e disputando entre si a preferência dos consumidores. A eficiência física da comercialização nessas condições é em geral muito baixa, pois, faltam a essas pequenas firmas recursos materiais e instalações adequadas e, por conseguinte, não obstante a acirrada competição entre essas firmas, as margens de comercialização não podem descer a níveis baixos. Aliás, esse defeito é freqüente nos mercados a varejo e reflete a situação de abundante mão de obra e salários baixos que faz com que sempre se encontre pessoal para trabalhar e viver de atividades pouco produtivas e mal remuneradas.

Os estudos de mercado que devem preferivelmente ser executado, são os seguintes:

III A — Estudo da Estrutura dos Mercados, dentro das seguintes fases:

a) Determinar o número

de firmas que operam no mercado e o volume de negócios de cada uma.

b) Determinar os custos de operações e as margens de lucro dos diferentes tipos de firmas.

c) Estudar a política de vendas e de estabelecimento de preços das principais firmas.

d) Analisar as causas que impedem ou dificultam a entrada de outras firmas.

Não é fácil obter dados positivos para esse estudo. As grandes firmas não se prestam a responder perguntas referentes às suas atividades. No caso das sociedades anônimas, o exame dos balanços financeiros anuais e das atas de constituição das companhias, que são obrigatoriamente publicadas na imprensa, fornecem material de valor quanto aos resultados financeiros e quanto às ligações das diferentes companhias em grupos financeiros.

Quanto a política de vendas e de preços adotada pelas grandes firmas, impõe-se constata-las por processos indiretos, estudando os preços e as margens de comercialização em diferentes lugares e em diferentes condições de mercado. O mesmo ocorre com as informações pertinentes ao custo e renda dessas firmas. Com referência aos métodos através dos quais as firmas grandes

impedem a entrada de concorrentes, é preciso ter-se em mente que são diversos êsses métodos e que todos êles deverão ser investigados. Além dos processos clássicos, como a discriminação de preços e diferenciação de produtos, há outros de uso mais local como é o caso do Mercado Central de São Paulo, onde a limitação de área fornece às firmas que aí se acham instaladas uma segura e cômoda posição monopolística. Outras vêzes, como ocorre com o algodão, as grandes firmas desenvolvem a integração vertical, da comercialização, adquirindo o produto dos agricultores, beneficiando-o e exportando-o e operando ainda, indústrias relacionadas com o produto (óleo, ração, adubos etc.) de modo que ficam isentas dos impostos de vendas e consignações e podem assim adquirir a matéria prima a preços capazes de alijar do mercado os compradores independentes.

III B — Estudo da Instalação de Novos Mercados Centrais — As fases do estudo são as seguintes:

a) Descrever e analisar o Mercado Central, em existência tendo em vista: 1) as características do imóvel, isto é, tamanho, número de firmas, facilidades existentes para a comercialização etc; 2) as for-

mas de comércio, isto é, de quem as firmas compram, para quem vendem e como vendem; 3) o volume de comércio, isto é, determinar o volume de mercadorias por classe de produtos comercializados no local durante os diversos meses do ano; 4) o custo da comercialização, margem de preços e eficiência física da operação.

b) Analisar, posteriormente, as causas que determinam a existência das atuais normas de transação no Mercado Central, assim como as que delimitam o volume, impedem a melhoria da eficiência e elevam a margem de comercialização.

c) Discriminar e analisar o mercado atacadista que opera na cidade fora da área delimitada no Mercado Central, (seguindo mais ou menos as linhas estabelecidas para o estudo do Mercado Central).

d) Apreciar, com base nas análises acima mencionadas, as mudanças que deverão ocorrer nas normas e no volume das transações, após a criação de um novo Mercado Central.

e) Delinear, com base nas informações acima, as características que devem prevalecer para o novo mercado quanto à área, tipo e tamanho das instalações, forma de administração etc.

De um modo geral são muito precários os mercados centrais das grandes cidades no Brasil. Com o rápido crescimento urbano, o local e as instalações do Mercado Central ficam obsoletos, tornam-se ineficientes e fornecem um elemento de monopólio aos que ali já se acham instalados, uma vez que sua área fica comprimida dentro da cidade e não pode-se estender para permitir a entrada de novas firmas ou para comercialização de maior volume de mercadorias. Impõe-se, então, a construção de um novo mercado em outro local, o que exige estudos especiais para se determinar os tipos das instalações a serem construídas, o tamanho das mesmas, assim como as normas e os regulamentos que devem ser adotados em seu funcionamento. Ainda que os poderes públicos não estejam dispostos a efetivar a mudança, o estudo nas bases acima estabelecidas, servirá para alertá-los quanto à existência do problema, pois fornece elementos para se avaliar os reflexos de um mercado inadequado sobre a economia dos produtores e dos consumidores.

Não é fácil obter os dados para este estudo através de levantamento estatísticos em que se examinam as condições de uma amostra de firmas re-

presentativas das que operam no mercado. Estas nem sempre concordam em fornecer informações pertinentes às suas atividades comerciais. Todavia, através de entrevistas pessoais de certo modo informais, pode-se estabelecer um quadro aproximado do volume e do tipo de transações. Ademais, como as operações são geralmente conduzidas em lugares públicos ou abertos aos interessados, torna-se possível aos pesquisadores, através de observações constantes, em horas diferentes do dia e épocas diferentes do ano, chegar a uma estimativa razoável do volume de mercadorias trabalhadas pelas diversas firmas. As questões referentes aos processos de comercialização, isto é, "de quem compram, como compram..." podem ser obtidas através de um inquérito formal junto aos comerciantes que não se negam a responder a questões dessa natureza. Nas determinações do custo e de margem, deverá o pesquisador limitar-se ao estudo de poucas firmas que se prestam a fornecer estas informações. O custo das cooperativas, que pode ser determinado com precisão, fornece um elemento comparativo de grande valor para o estudo. Na análise das causas que delimitam o volume e impedem a melhoria da eficiência, é preverível que se

examinem, de preferência, aquêles fatôres que se mostram diferentes nos dois mercados, assim como aquêles que podem ser corrigidos no novo Mercado Central, tais como, limitação de área, inexistência de frigorífico, congestionamento de tráfego etc.

III C — Outros Estudos de Mercado

A preferência dos mercados, para os produtos de maior importância também deve ser objeto de pesquisa. Pode-se determinar essa preferência a-

través dos ágios e deságios pagos aos diferentes tipos, formas de apresentação e de embalagem do produto, assim como através das flutuações de preços que ocorrem em diferentes épocas do ano devido à entrada no mercado de produtos concorrentes. Com os elementos assim obtidos, pode-se orientar os produtores ou os órgãos controladores da produção, quanto às medidas que devem ser tomadas para obter melhores preços e maior volume de venda.

IV — Preços

É de grande importância o estudo dêsse setor no Brasil. Os preços estão em geral sujeitos a grandes flutuações no tempo e no espaço, devido às falhas de estrutura dos mercados que permitem não somente manter as diferenciações indevidas como, muitas vêzes, facilitam as manipulações especulativas.

Não obstante essas anomalias, os produtores se mostram muito conscientes do problema dos níveis de preços. Desde que não consideram devidamente a melhoria da eficiência como objetivo importante de suas atividades, precisam-se voltar para o problema dos preços, pois dêle passam a depender suas possibilidades de maior renda líquida. E tão por isso mostram-se prontos a exigir dos poderes públicos

providências especiais, sempre que caem os preços dos produtos que vendem. Aliás, observa-se que os agricultores no Brasil, mostram-se mais dispostos a lutar pela elevação dos preços dos produtos que vendem do que pela manutenção dos preços dos artigos que compram. Possivelmente a razão se encontra no fato dos agricultores de representação no Brasil, serem somente os que dispõem de propriedades de tamanho médio e grande, e dêsse modo agem como empresários e empregadores de mão de obra, sentindo, menos, portanto, os efeitos de desajustes de preços e salários.

Os estudos dos preços devem ter por objetivos, explicar as causas de suas flutuações e sugerir medidas para promo-

ver uma estabilização adequada.

IV A — Análise dos fatores determinantes dos preços

a) Coletar os preços nos mercados mais representativos.

b) Investigar a existência de flutuações excessivas na época da colheita, assim como as flutuações cíclicas e as tendências seculares.

c) analisar os fatores determinantes das demais flutuações. (ocasionais)

Na execução desse estudo é preciso considerar que os preços de atacado dos principais produtos agrícolas são normalmente divulgados pelas Bolsas oficiais do País. Os preços pagos pelos consumidores nas principais capitais são também coletados e divulgados por órgãos oficiais. Os preços recebidos pelos produtores são coletados oficialmente apenas no Estado de São Paulo.

No estudo das flutuações dos preços, assim como na determinação dos fatores responsáveis, usa-se a técnica estatística recomendada. Constatando-se flutuações excessivas na época da colheita, bem como as flutuações sazonais anormais, examina-se o assunto a fim de ver se há possibilidade de evitá-la ou torná-la mínima. Procurar-se-á, então, de-

terminar se são provocadas por escassez de armazéns, insuficiência de crédito, falta de transporte, ausência de indústrias que possam aproveitar os excedentes na época da safra ou então se são devidos à retração especulativa dos intermediários.

Adotando-se a técnica de correlação, analisam-se as demais flutuações residuais, procurando-se estabelecer a responsabilidade de diversos fatores que normalmente são apontados como causadores das variações acidentais de preços, tais como: — volume de produção, exportação, estoques, nível de renda dos consumidores, posição dos produtos concorrentes etc.

Não se mostrará tarefa fácil, após a realização desses estudos, instituir um serviço de previsão de preços, pois há sempre, no Brasil, muitos fatores não econômicos influenciando os preços, e para certos produtos como o café e o açúcar, há ainda o fato de seus preços em cruzeiros dependerem em grande parte da decisão pessoal do responsável ou dos responsáveis pelos órgãos que os controlam.

IV B — Estudo das margens de preços entre mercados diferentes para o mesmo produto.

a) coletar os preços nos diferentes mercados;

b) determinar as margens e as flutuações que ocorrem num dado período;

c) analisar os fatores responsáveis por essas diferenças.

Na coleta de dados e análise do problema adotam-se a mesma técnica mencionada para o caso IV A.

Através desses estudos, pode-se também apontar as deficiências da comercialização e existência de possíveis manipulações nos diferentes mercados.

As margens de preços entre as diferentes qualidades ou tipos do mesmo produto, no mesmo mercado, também pode ser objeto de estudo semelhante, fornecendo elementos para que se oriente o agricultor na escolha das variedades, na forma de colheita e no preparo do produto.

IV C — Outros estudos do setor de preços

Para os produtos de mais importâncias convém relacionar as quantidades consumi-

das, com as respectivas variações de preços, de modo a se determinar a curva de demanda dos produtos e o grau de elasticidade dessas curvas.

O estudo interessa principalmente os produtos sobre os quais os órgãos oficiais mantêm controle de produção, como é o caso do café e do açúcar. Através desses estudos, os órgãos poderão estabelecer uma política de produção ou de preços que melhor atenda aos interesses da economia desses produtos e do País.

Do mesmo modo, a regulamentação pertinente ao estabelecimento de preços mínimos, assim como a da fixação de preços máximos, devem ser objeto de estudos especiais a fim de se poder sugerir quanto aos níveis em que devem ser estabelecido, isto é, que atendam as finalidades estabelecidas pelos órgãos controladores. E também quanto aos inconvenientes que essas medidas possam trazer para os produtores e os consumidores.

V — Política Agrícola

É um dos setores de estudo de maior interesse, devido à participação que o Governo é obrigado a ter no encaminhamento das questões agrícolas. Aliás, na introdução deste trabalho, foi feita referência especial a esse fato.

Ao se tratar dos problemas específicos, nos outros setores da Economia Rural, procurou-se sempre incluir como finalidade das pesquisas, a formulação de medidas para solução desses problemas. Entra-se, assim, no domínio da

política agrícola. Todavia, na formulação daquelas medidas, procurava-se apenas atender a solução do problema em pauta. Não se indagava da importância do mesmo para a economia nacional, e tampouco se sugeriam medidas diferentes daquelas que o Governo está acostumado a adotar.

Para se ter um programa mais efetivo em favor da agricultura, impõe-se um trato diferente às questões de Política Agrícola. Impõe-se avaliar a importância do problema para a economia nacional e, ao se sugerir medidas, impõe-se, em certos casos rever essa posição do Governo, que é em geral aceita tácitamente, e indagar se os fundamentos filosóficos em que se baseiam não devem ser revistos e reformulados de modo a se permitir que o Governo adote medidas diferentes e mais coerentes com a gravidade do problema.

Essa é uma das funções das pesquisas do campo da Política Agrícola. A realização de estudos dessa natureza não é fácil e não pode ser executada sem a assistência de um staff altamente capacitado.

No setor de Política Agrícola incluem-se ainda os problemas macro econômicos da agricultura, em que se estuda a economia da agricultura em seus valores agregados e se sugerem soluções de interesse co-

letivo. Como exemplo de estudos dessa natureza devemos citar os seguintes, para os quais damos prioridade:

V A — Análise macro-econômica da agricultura, dentro das seguintes faces:

a) determinar a situação econômica e social em que se encontra o setor da agricultura;

b) avaliar a importância desse setor na economia nacional;

c) definir os objetivos (ou metas) para a agricultura, que convêm à economia nacional, (isto é, a situação econômica e social que deve ser alcançada pela agricultura).

d) analisar as causas que impedem que a agricultura alcance êsses objetivos.

e) sugerir medidas.

A situação econômico-social da agricultura deve ser determinada através de um confronto com os demais setores, no que diz respeito aos salários, condições de vida dos trabalhadores; níveis de produtividade das explorações; custos de produção e da renda líquida dos empresários; situação da produção face às exigências do mercado etc. Nessas determinações deve-se ter em mente apurar tanto os valores médios, como a variabilidade desses valores, a fim de determinar se a situação não mostra sérios desajustes regionais; de-

ve-se também determinar a situação dos preços tanto nos mercados internos como no de exportação, pois, muitas vezes, os preços se mostram remuneradores no mercado interno, mas sem possibilidade de ampliar a exportação por se encontrarem em níveis superiores aos do mercado mundial.

Para avaliar a importância da agricultura na economia nacional é preciso considerar questões de diversas natureza, tais como: participação da agricultura na renda nacional; contribuição de seus produtos para a exportação; sua participação na poupança nacional; sua importância como mercado consumidor dos produtos da indústria nacional; porcentagem da população total do país engajada em suas atividades; seu papel como fator de estabilização social e como elemento de ocupação do território nacional etc. Certas questões mais complicadas, pertinentes a essa fase do estudo, como por exemplo a importância da agricultura no desenvolvimento econômico do país, devem ser tratadas como projeto especial.

Essas determinações, assim como as mencionadas na primeira fase do presente estudo, devem ser mantidas atualizadas de modo a permitir a construção de séries que poderão posteriormente ser conju-

gadas em índices ou indicadores econômicos para melhor medir a situação. A construção desses índices constitui outro projeto especial de estudo.

Ao se estabelecerem as metas a serem alcançadas pela agricultura é necessário considerar, entre outros, os seguintes elementos: produtividade, volume de exportação, nível de vida do agricultor etc. Na quantificação desses objetivos, deve-se ter em conta tanto a importância do problema para a economia nacional, como a possibilidade dos mesmos serem alcançados com os recursos disponíveis. Esse trabalho exige do pesquisador habilidade especial, além de conhecimentos teóricos e práticos para ponderar devidamente todos esses elementos.

As análises das causas que impedem que esses objetivos sejam alcançados, devem ser realizadas por especialistas dos demais setores da Economia Rural, sob orientação, porém, do setor de Política Agrícola, que poderá melhor dizer dos fatores a serem investigados, uma vez que cabe a esse setor dizer das possibilidades de se poder influenciar os diversos fatores através de uma ação do Governo. Como é amplo o "range" de medidas que podem ser tomadas pelo Governo na solução de um problema, algumas mais liberais, outras

mais enérgicas, exigindo maiores sacrifícios da coletividade ou de um grupo desta, cabe ao pesquisador do campo da política agrícola, ao sugerir as medidas para a solução do problema, ponderar devidamente entre a vantagem de se ter o problema resolvido e os inconvenientes de se ter medidas mais enérgicas postas em execução.

Posteriormente, conviria ainda acompanhar a solução do problema, estudando os resultados conseguidos com as medidas aplicadas, assim como os reflexos em outros setores a fim de se poder corrigi-la na medida das necessidades e possibilidades.

Estudos semelhantes e dentro das mesmas linhas devem ser executados para as diferentes regiões do país. Como já foi dito na introdução deste trabalho, a economia brasileira é muito desuniforme do ponto de vista geográfico, existindo muitas regiões-problemas e diversos órgãos encarregados dos problemas regionais, que se interessam por estudos dessa natureza.

V B — Papel da agricultura no desenvolvimento econômico do Brasil.

Ao se estudar, no projeto V A, a importância da agricultura na economia nacional, surge uma questão específica que merece projeto especial:

a posição da agricultura face às possibilidades futuras do desenvolvimento. Impõe-se a análise dessa questão para melhor estabelecer a importância dos problemas agrícolas na conjuntura econômica nacional. Há diversas formas de se medir essa importância. A que nos parece mais eficaz é aquela em que se calcula o volume de alimentos e de matérias primas que se faz necessário no caso da economia do país vir a se desenvolver. O estudo seria assim executado dentro das seguintes linhas:

a) fazer projeção de demanda de alimentos, matérias primas e produtos exportáveis para as diferentes hipóteses de crescimento do Brasil;

b) com base nos recursos existentes na agricultura e no ritmo atual de desenvolvimento tecnológico, estabelecem-se as tendências de oferta desses produtos;

c) com base em hipóteses de diferentes ritmos de desenvolvimento tecnológicos, estabelecem-se diferentes curvas de ofertas desses produtos.

Ter-se-ia, desse modo, elementos para julgar sobre a importância da agricultura para o desenvolvimento futuro do país, assim como a importância que uma determinada melhoria tecnológica da agricultura representa para es-

se desenvolvimento. Dêsse modo, pode-se melhor orientar os poderes públicos quanto à necessidade de se prestar a assistência necessária à melhoria dessa tecnologia.

V C — Estudo da economia de produtos individuais (considerados como indústria)

As fases na execução dêsse estudo são as mesmas do estudo anterior, V A. Avalia-se a importância do produto para a economia nacional, com base na porcentagem de mão de obra que é por êle usada, assim como da terra e capital que são nêle investidos, e ainda com a base na importância que o produto representa para o mercado interno é externo do país. Determina-se, a seguir, a situação do produto face a elementos como: — produtividade física alcançada em sua produção e comercialização, níves de salário, custo e renda obtidos pelos produtores, assim como pela situação de suprimento no mercado, isto é, se a produção se equilibra com o consumo em bases lucrativas de preços; e ainda se pode ser exportado nessas condições. Posteriormente, define-se o objetivo que se pode pretender alcançar com base nos recursos existentes e nas perspectivas do mercado consumidor. Procede-se às análises mais pormenorizadas da economia

do produto, a fim de estabelecer as causas que impedem que êsses objetivos sejam alcançados sem uma política especial. E a seguir, sugere-se as medidas dentro do critério estabelecido em V A.

O estudo dos produtos individuais mostra-se importante no Brasil, pois a política agrícola do país é em geral dividida por produtos, como mostra a existência de inúmeros institutos que são organizados para cuidar de seus problemas, como Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto Nacional do Mate etc. Existe, portanto, alguma procura para estudos dessa natureza.

V D — Construção de Índices Econômicos

Para os estudos de política agrícola torna-se imprescindível a construção de índices econômicos. Através dêles pode-se determinar a existência de problemas e muitas vezes prever com certa antecipação, sua eclosão. É instrumento de grande importância para a análise geral dos problemas e sua elaboração merece a mais alta prioridade. São muitos os índices que podem ser construídos. Alguns são índices simples, não havendo maiores dificuldades na sua ponderação, como são os de preços e os de produção para os diferentes mercados e diferentes re-

giões do país. Outros já mostram de mais difícil elaboração, como são os índices de preços pagos e recebidos pelos agricultores que exigem, no caso dos preços pagos, uma pesquisa preliminar a fim de determinar junto aos agricultores, a importância dos principais itens de suas despesas de produção. O mesmo ocorre com os índices de custo e renda para os diversos produtos agrícolas ou a determinação da relação do input-output que exige pesquisas mais detalhadas junto aos agricultores, a fim de determinar suas despesas de produção e investimento.

Considerando, porém, a importância desses índices para melhor determinação e análise dos problemas econômicos da agricultura e considerando a dificuldade para se realizar as pesquisas básicas necessá-

rias à elaboração dos mesmos, para todos os produtos em todas as regiões do país, impõe-se o estudo da possibilidade de se construir esses índices através de informações mais sumárias e de fácil obtenção. Os índices assim construídos deverão ser preliminarmente testados quanto ao seu rigor.

V E — Outros Estudos de Política Agrícola

Diversos outros problemas podem ser estudados dentro das mesmas normas em que se avalia a importância do problema para a economia nacional. Assim, por exemplo, é o problema da mão de obra rural, da reforma agrária, de crédito agrícola etc. São todos problemas de natureza global, no estudo dos quais se deve dar ênfase à determinação da política que deve ser adotada pelo Governo

VI — Estudo de Outros Setores da Economia Rural.

Outras questões podem ainda ser apontadas e que não se enquadram exatamente nos cinco campos da Economia Rural em que os problemas foram divididos.

Um deles é o problema do Cooperativismo. Sabe-se que é difícil promover o desenvolvimento cooperativista no país. Afóra alguns exemplos de grande sucesso, ligados a con-

dições especiais, como é o da Cooperativa de Cotia, junto aos agricultores japoneses, a maioria dessas organizações não chega a se desenvolver de forma satisfatória. A falta de habilidade empresarial tem sido apontada como uma das principais causas, uma vez que o elemento humano com essa qualidade, trabalha por conta própria ou ganha mais em fir-

mas particulares. E sem um gerente hábil, fica comprometido o sucesso financeiro dos cooperados. Independente dessa causa, o que se observa, é que falta o espírito cooperativista no agricultor. E' preciso que se pesquise a forma de estimular os agricultores nesse sentido e que se adote métodos de propaganda especial para arregimentar os agricultores em cooperativas.

A técnica de extensão agrícola é outro assunto de maior importância. Impõe-se determinar a reação dos agricultores aos diferentes métodos de ensinamentos técnicos, assim como determinar o estímulo que lhes trazem as perspectivas dos preços altos e do lucro. Impõe-se conhecer melhor os fatores responsáveis pela "decision making" de nosso agricultor, a fim de poder melhor encaminhá-lo para uma deci-

são coerente com a melhoria da produtividade.

A industrialização dos produtos agrícolas é importante para as atividades agrícolas, pois constitui, de certa forma, fator regulador de preços, por retirar do mercado os excedentes da produção na época da colheita. E' da mesma forma um fator de eficiência econômica, pois permite o total aproveitamento das safras maiores, transferindo o consumo para época posterior. O estudo econômico da instalação de uma indústria deve ser feito no sentido de determinar a localização e o tamanho, tendo em vista o local e o volume da produção, assim como o local e o volume do mercado consumidor. Deve-se avaliar os benefícios que a mesma traz para a agricultura, a fim de se decidir quanto às medidas com que o Governo deverá favorecer a empresa.